



Ata Número Catorze

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal;-----
- 2 - Apreciação e votação da proposta de autorização de repartição dos encargos associados à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de 481.785.03 €, bem como a contratação de empréstimo a médios e longos prazos destinados a financiar o investimento elegível não participado dos prejuízos causados pelas cheias e inundações de janeiro de 2023 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2023, de 12 de janeiro;-----
- 3 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Gândaras;-----
- 4 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Serpins;-----
- 5 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias da Louçã e Vilarinho;-----
- 6 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio;-----

Handwritten signature in blue ink.



7 – Apreciação e votação da proposta de aprovação da modificação às demonstrações previsionais (Revisão ao Orçamento nº 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP, nº 1) do ano de 2024; -----

8 – Apreciação e votação da proposta de aprovação da alteração do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Louçã; -----

A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos apresentando cumprimentos a todos os presentes, incluindo público presente e comunicação social, e, dado ser a primeira sessão do ano, aproveitou para formular votos de um bom ano a todos, com sucessos pessoais e profissionais. Seguidamente, passou a palavra à Segunda-Secretária, a fim de proceder à chamada.-----

CHAMADA: -----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Pedro Santos, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Isabel Seco, que justificou a falta e foi legalmente substituída por António José Rodrigues, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sara Antunes, do Partido Socialista; a ausência de Sérgio Pedroso, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rui Morais, Daniela Guerreiro, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Susana Barata, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Paulo Correia, que justificou a falta e foi legalmente substituído por António Carvalho, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Carla Henrique, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Sara Daniela, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Nuno Marques, da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “É Hora de Mudar” e a ausência de Paulo Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, que justificou a falta e foi legalmente substituído pela Tesoureira, Catarina Tomé.-----

A Senhora Presidente da Mesa deu conhecimento de três inscrições de cidadãos, para usar da palavra neste período, que fizeram a respetiva



inscrição e declaração de consentimento, nos termos do RGPD –
Regulamento Geral de Proteção de Dados.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Inscrições: Ana Luísa Simões, Yan Droppers e Paulo Magro. -----

1. **Ana Luísa Simões** usou da palavra identificando-se em nome pessoal e em representação da Associação de Pais da Escola Secundária da Louçã. Informou que as razões da sua intervenção dizem respeito às obras de requalificação daquele estabelecimento de ensino. Deu nota de que em maio do ano transato houve uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente e a Senhora Subdiretora do Agrupamento de Escolas, entre outros, onde este tema foi debatido tendo sido garantido que seria um reagendamento para breve. Acrescentou que, houve também, a garantia de que os alunos não correriam quaisquer riscos, porém veio a verificar-se que caíram algumas placas dos telhados dos blocos A e B. Agradeceu a rápida intervenção quer da parte da escola, quer do município que, embora com condições metrológicas muito adversas conseguiram fazer as reparações. Salientou que estes incidentes vêm comprovar que a escola não é segura e que poderá ter outras patologias que desconhecem. Afirmou que estas obras não são apenas de modernização e conforto, mas, também, dignas de aprendizagem e, principalmente, de segurança. Posto isto, endereçou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara: qual o ponto de situação das obras de requalificação da Escola Secundária, de quem é a responsabilidade se acontecer algum acidente que magoe algum aluno, como é que os pais conjuntamente com o município e o agrupamento podem reivindicar obras tão urgentes e necessárias. -----

2. **Yan Droppers**, interveio para solicitar uma cópia atualizada do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo do Meio Urbano, uma vez que, conjuntamente com vários outros pais, pretende plantar ao redor de várias escolas para física e psicologicamente melhorar o ambiente para os seus

ASX
A
g



filhos, todavia, pretende cumprir o regulamento que até ao momento não conseguiu obter.-----

3. **Paulo Magro**, começou por manifestar o seu agrado pela presença de mais público presente na sala. De seguida, questionou o conteúdo expresso em ata da exposição e resposta feita por um cidadão, na anterior sessão. Adiantou que, ainda, desconhece o teor referente à sua própria intervenção e pretende ter conhecimento do registo daquilo que falou e da resposta que lhe foi dada e escrita em ata que hoje será colocada à aprovação. A concluir, apresentou agradecimentos à Câmara Municipal pelo apoio e colaboração prestados enquanto se dedicou ao artesanato, em representação do Município da Louçã. Realçou que a Câmara Municipal foi inexcedível nesse aspeto e que disto já reportou por várias vezes. Disse estar "*eternamente grato ao Senhor Presidente, Professor Horácio Antunes, quer ao Presidente Luís Antunes*", por todo o apoio prestado, todavia, censurou a mesa apresentada na FITUR-Feira Internacional de Turismo de Madrid, uma das melhores feiras de divulgação, comparativamente à agora apresentada na "Semana da Chanfana".-----

O Senhor Presidente da Câmara, tomando a palavra a fim de responder aos pedidos de esclarecimento, começou por se referir à Escola Secundária da Louçã. Informou que o ponto de situação atual está em linha com o que foi assumido no ano de dois mil e vinte e dois. Foi assumido que, apenas fosse possível apresentar uma candidatura, a Câmara Municipal fá-lo-ia e isso foi concretizado. A candidatura foi submetida no âmbito do Portugal 2020 e, neste momento, irá transitar para o PRR. Neste momento, esta candidatura é mais completa do que a que estava prevista executar no anterior aviso. O valor da obra que será executada neste estabelecimento de ensino, é superior a oito milhões de euros e irá permitir uma intervenção mais adequada no sentido de resolver as várias situações estruturais a vários níveis. Esta obra irá conferir condições ainda mais adequadas àquele equipamento escolar e intervir em mais aspetos do que os que estavam previstos anteriormente. A



candidatura, irá enquadrar-se no aviso do PRR e pretende-se abrir o lançamento do concurso público internacional para a execução desta empreitada no próximo mês de março, adiantando que não será rápido atendendo ao montante da obra que será executada, todavia, reafirmou que a pretensão é que tenha início no próximo mês de março. Deu nota de que a Câmara Municipal tem consciência das condições da Escola Secundária da Lousã, do tempo de uso e com uma frequência intensiva e por isso, naturalmente, apresenta necessidades de intervenção a vários níveis. Os episódios ocorridos no ano passado e este ano, no bloco B, são situações distintas onde foi possível realizar intervenção imediata. Este equipamento escolar, tem sido acompanhado na medida do possível, no que diz respeito à sua manutenção entre o AEL-Agrupamento de Escolas da Lousã e a Câmara Municipal. Disse que para além da intervenção imediata que foi feita no bloco A, depois procedeu-se à substituição da cobertura, quanto ao bloco B, foi executada a intervenção de emergência já referenciada e, será ainda feita nestes próximos tempos, pela Câmara Municipal uma intervenção maior para salvaguarda daquela cobertura. Deixou uma nota de que a manutenção é feita, na medida do possível, no entanto, não é possível uma garantia absoluta de eficácia, apenas com as obras da empreitada que serão realizadas será possível resolver todos os constrangimentos que pontualmente se registam e se vai dando a resposta necessária. Informou de que não tem conhecimento do pedido do Regulamento do Tecido Arbóreo Urbano efetuado pelo cidadão e o Vereador que acompanha esta área, também, não tem conhecimento do mesmo. Comprometeu-se a contactar o cidadão e fornecer os elementos necessários, até porque a Câmara Municipal tem todo o interesse em fazer essa articulação para verificar essas formas de atuação. Informou que a participação da Câmara Municipal, na FITUR foi feita no âmbito da CIM-RC, onde são definidas as formas de participação de cada município. A promoção é integrada de uma região no seu todo e, a Lousã teve uma participação adequada com dois produtos identitários de grande relevância

Arx
h
g
g



107
 4
 20

 e com grande impacto e o maior objetivo de participação de uma feira deste cariz, é gerar esse impacto e o interesse pelo destino Lousã. Acrescentou que os produtos apresentados pela Lousã, foram avaliados pela CIM-RC como relevantes e importantes da promoção do concelho e da região. -----

A Senhora Presidente da Mesa, referindo-se ainda à intervenção do cidadão Paulo Magro teceu algumas considerações no que diz respeito à ata da sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2023. Começou por esclarecer que a competência de votar as atas é dos membros da Assembleia Municipal e, nº 2 do artº 41º do Regimento Municipal diz "*das atas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público, na solicitação de esclarecimento e às respostas dadas.*" Informou ainda que, antes de serem colocadas à votação na sessão seguinte, são previamente enviadas a todos os membros que se podem manifestar, sugerindo ou propondo alterações e/ou correções e, no próprio dia, antes da votação questiona exatamente o mesmo, porque ainda o podem fazer. Em relação a este documento ou qualquer outro, as pessoas podem solicitar à **Presidente da Mesa** este, ou outros documentos, que posteriormente serão devidamente analisados e encaminhados. Ainda em relação à ata de dezembro, obviamente que ainda não está disponível, nem publicitada porque ainda não foi aprovada, no entanto, todas as decisões que foram deliberadas foram aprovadas por unanimidade na sessão de dezembro de dois mil e vinte e três. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

VOTAÇÃO DA ATA:-----

Colocada à votação a ata da sessão ordinária número treze, realizada no dia doze de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, foi aprovada por unanimidade pelos membros que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. -----



CORRESPONDÊNCIA: -----

A Senhora Presidente da Mesa passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada desde a última sessão de dezembro, até ao momento: -----

1 – Foi recebido um requerimento em nome do Sr. Manuel Vilhena de Carvalho, a solicitar as atas da Assembleia Municipal do ano de dois mil e vinte e três. Foi-lhe dada resposta com todas as atas exceto a de dezembro por ainda não estar aprovada;-----

2 – Foi recebido um pedido do Sr. Vereador do Executivo Municipal Victor Carvalho, a solicitar as atas e anexos que fazem parte integrante das mesmas da Assembleia Municipal, referentes ao ano de dois mil e oito. Foi-lhe dada resposta;-----

3 – Foi recebido um ofício da Câmara Municipal da Louçã em resposta ao pedido efetuado pela Assembleia Municipal relativamente à moção - “Em Defesa da Serra da Louçã – Silveira (S. Lourenço)” onde se solicitava que fosse disponibilizada uma lista de toda a documentação, quer sejam projetos, licenças, processos de contraordenação, queixas-crime, e outros documentos relevantes relacionados com o supra mencionado, com a entidade Silveira Tech ou com o local e/ou atos praticados, a fim de dar conhecimento a todos os membros da Assembleia Municipal, bem como a necessária autorização para consulta da mesma. A resposta no referido ofício recebido, informa que existe a lista nos serviços municipais relacionados com este assunto e a documentação respetiva poderá ser consultada presencialmente por qualquer membro do Grupo Municipal requerente em dia e hora a acordar previamente com os serviços da Câmara. -----

A Senhora Presidente da Mesa informou, também, que deram entrada dentro dos prazos previstos no Regimento Municipal, duas Moções: uma do BE e a outra do Grupo Municipal “É Hora de Mudar” - Coligação PPD/PSD-CDS/PP,

AX
 1
 9



que foram remetidas a todos os membros da assembleia, pelo que estão reunidas as condições para serem apreciadas e votadas. Assim, deu a palavra a João Santo, a fim de fazer a sua apresentação. -----

João Santo, tomou a palavra começando por apresentar cumprimentos a todos os presentes e antes mesmo de fazer a apresentação da moção deu nota de que se trata de um problema que toca a todos, porque tem implicações internacionais, no futuro e na Europa e, no seu entendimento, é importante fazer pressão a quem de direito para que uma solução do Médio Oriente seja um horizonte possível, que lhe parece cada vez mais longínquo.---

Moção – “Voto de condenação dos crimes contra civis perpetrados no território Israelo-palestiniano e apelo à Paz”. *“Os atos de terror conduzidos sob comando do Hamas no dia 7 de outubro e que provocaram a morte de mais de 1300 pessoas, entre elas numerosos civis inocentes, bem como o sequestro de mais de duas centenas de indivíduos, entre os quais, idosos, mulheres e crianças, constitui um crime de guerra condenável e inadmissível a todos os títulos. Na sequência de tais atos, o chefe do governo israelita, Benjamin Netanyahu, dirigiu-se diretamente aos “residentes de Gaza”, uma região com todas as suas fronteiras fechadas por imposição israelita, ordenando: “saiam agora, porque nós atuaremos pela força em todo o lado”. Numa atitude de retaliação, o Estado de Israel, na primeira semana após estes condenáveis eventos, lançou cerca de seis mil bombas sobre Gaza, quase tantas quantas as que a NATO utilizou durante toda a guerra na Líbia. A Human Rights Watch confirma o uso de fósforo branco, munição de uso proibido em áreas de grande densidade populacional. Ao mesmo tempo, desde 9 de outubro, o governo de Israel impõe um cerco total àquela população, impedindo a circulação nas fronteiras, privando-a assim de possibilidade de fuga, bem como de acesso a energia, comida, água e qualquer outro bem de primeira necessidade. A atuação das forças israelitas constitui uma forma de punição coletiva. Ora, também a punição coletiva está definida pelas Convenções de Genebra como crime de guerra. Entre 7 de outubro de 2023 e 31 de janeiro de*



2024, pelo menos 26.900 palestinianos morreram em Gaza, incluindo 11.000 crianças e pelo menos 7.000 mulheres, a que se juntam cerca de 70 jornalistas e mais de uma centena de elementos de organizações internacionais, como a ONU ou o Crescente Vermelho. Quanto aos feridos, são cerca de 66.000. Do lado de Israel, os dados atualizados apontam para cerca de 1200 mortos e 1300 feridos. Como refere o historiador israelita Raz Segal, professor de estudos do Holocausto e de genocídio na Universidade de Estocolmo, o presente ataque do Estado de Israel contra a Faixa de Gaza corresponde a “um caso clássico de genocídio a desenrolar-se à frente dos nossos olhos”. Lembramos que o crime de genocídio está definido pelo artigo 6º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. A par destes crimes verifica-se também a intensificação de ações punitivas, tanto na Cisjordânia como em Jerusalém oriental, por forças militares israelitas, ou ainda por colonos armados da Cisjordânia, bem como ataques protagonizados por grupos islâmicos armados que procuram atingir o território de Israel, escalando o conflito. Apesar do apelo do secretário-geral da ONU para o travar do conflito, a narrativa do direito à defesa colabora na legitimação de atos que algumas organizações como a Human Rights Watch e a Amnistia Internacional caracterizam com contornos de limpeza étnica e de genocídio. A abertura de vias para a paz é urgente e depende da imposição, por parte da comunidade internacional, de medidas que limitem a circulação de armas, o financiamento do terrorismo, e que contribuam para uma solução de dois estados. Assim, a Assembleia municipal da Lousã, reunida em 21 de fevereiro de 2024, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: 1. Expressa o seu pesar por todas as vítimas desta guerra; 2. Condena os atos de terror contra civis perpetrados por comandos do Hamas no dia 7 de outubro, bem como o contínuo lançamento de rockets direcionados à população de Israel; 3. Condena os crimes de genocídio e punição coletiva contra a população da Faixa de Gaza, anunciados e concretizados pelo Estado de Israel, bem como o assassinato de civis palestinianos nas zonas ocupadas e na

AX
h
g-



Cisjordânia; 4. Condena quaisquer atos perpetrados contra civis, israelitas ou palestinianos, que agravam o conflito e dificultam uma solução de paz; 5. Apela ao cessar-fogo humanitário imediato, à libertação de reféns e à contenção entre todos os agentes regionais e internacionais, com vista à abertura de negociações e a uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestiniano a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU; 6. Apela ao reconhecimento do Estado da Palestina pela República Portuguesa, no esforço conjunto de auxiliar a concretização da solução de dois estados, tal como tinha sido preconizado pela ONU em 1947. A Assembleia Municipal deverá dar conhecimento desta moção à Embaixada de Israel e ao Consulado Palestino, bem como ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ao Primeiro-Ministro, António Costa, e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho." Documento integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc nº 1 (um)).

Inscrições: Joel Fernandes e Santinho Antunes.

Joel Fernandes interveio começando por apresentar cumprimentos. Afirmou que é entendimento do Grupo Municipal do PS, citando: "apesar de alguns dos termos terem alguma carga ideológica e não concordarmos especialmente na parte dos considerandos com algumas das formas para expressar algumas ideias, concordamos com o que nos parece ser o objetivo maior desta moção que é a defesa da paz, num território. A defesa de vidas humanas, a defesa desse valor maior que é a possibilidade de todos crescerem e terem uma vida digna. Nesse sentido, iremos votar favoravelmente, pedindo que fique, também, expresso em ata esta nossa intenção de votar – sim pela bondade da moção e não tanto pelos termos expressos na mesma."



Santinho Antunes usou da palavra começando por cumprimentar a todos. Frisou que o que está em causa não é a "bondade" da moção, antes, porém, algo que é muito linear, algo que o PS, também, se esqueceu que em 29 de abril de 2022, quer o PSD quer o PS, votaram aqui uma moção, onde o PSD apresentou a sua Moção, - "Paz para a Ucrânia". Citando: *"a nossa Moção foi votada por unanimidade e, onde tudo o que foi aqui dito, foi expresso nessa moção. Repetir várias vezes a mesma coisa não a torna mais digna. Já apresentamos essa moção, já votamos, parece-me que é suficiente. Esta moção não traz nada de novo. Certo é que, como aqui foi referido a bondade da moção é, sem dúvida importante, por isso mesmo e de acordo com os princípios que regem o Grupo Municipal vai-se dar liberdade de voto aos mesmos, mas não querendo deixar aqui isso patente."*-----

Colocada à votação a Moção - "Voto de condenação dos crimes contra civis perpetrados no território Israelo-palestiniano e apelo à Paz" foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do PS e BE, 17 (dezassete), 7 (sete) abstenções do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP e 1 (um) voto contra do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP.-----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra a **Santinho Antunes**, a fim de fazer a apresentação da Moção do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP.-----

Santinho Antunes defendeu a Moção: "Por um serviço de farmácias aberto 24 horas por dia." Evidenciou a necessidade de fazer garantir um serviço de farmácias aberto vinte e quatro horas por dia, pois a saúde dos Lousanenses não "encerra" às vinte e uma horas. Afirmou não ser aceitável que depois da redução de horário da USF Trevim Sol e encerramento da extensão de Serpins, os Lousanenses fiquem totalmente desprovidos de qualquer tipo de contacto com cuidados de saúde a partir das vinte e uma horas. A proposta

AX
h
p



apresentada não garante a existência de, pelo menos, uma farmácia de serviço em regime de disponibilidade no concelho, ou nos concelhos mais próximos, Miranda do Corvo ou Vila Nova de Poiares, vinte e quatro horas por dia, durante todo o ano, o que mesmo assim é manifestamente insuficiente para garantir a todos os Lousanenses o acesso à medicação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – doc. nº 2 (dois). -----

Inscrições: João Fernandes. -----

João Fernandes interveio começando por cumprimentar a todos os presentes. Seguidamente e referindo-se à Moção apresentada pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar” - Coligação PPD/PSD-CDS/PP em que o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente, teceu algumas considerações de pormenor onde, no seu entendimento, o documento contém algumas incorreções e incongruências, pelo que sugeriu que o documento fosse afinado. Afirmou ainda que o parecer da Câmara Municipal da Louçã sobre as farmácias nunca é vinculativo para a deliberação. -----

Colocada à votação a Moção “Por um serviço de farmácias aberto 24h por dia”, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros da Assembleia Municipal. -----

Inscrições para o período Antes da Ordem do Dia: -----

A Senhora Presidente da Mesa recordou que nos termos do Regimento Municipal o Grupo Municipal “É Hora de Mudar” - Coligação PPD/PSD-CDS/PP dispõe de dezoito minutos e o PS tem trinta e seis minutos, pelo que apelou à capacidade de síntese de todos os que se inscreveram para usar da palavra. -

Inscrições: Nuno Marques, Patrícia Ramalheiro, Rui Morais, Ana Bandeira, João Curvelo, Luís Martins, Maria Fernanda Franca, João Fernandes, Daniela Santos,



Marco Sequeira, António José Gonçalves, Helena Correia, Maria Antunes, Nelson Lopes, Santinho Antunes e Joel Fernandes. -----

Nuno Marques começou por cumprimentar a todos os presentes e informou que por circunstâncias de substituições é um gosto tomar parte nesta sessão. Seguidamente, solicitou informações ao **Senhor Presidente da Câmara** sobre a atualização da estratégia do município relativo a programas de apoio a jovens empresários, protocolos com as escolas do concelho e a Universidade de Coimbra e informações sobre a ampliação da Zona Industrial e espaços para incubadora. -----

Patrícia Ramalheiro interveio começando por apresentar cumprimentos. Em seguida a sua intervenção foi no seguinte teor, citando: *"Em última Assembleia Municipal, realizada em Dezembro, a deputada Sara Antunes fez referência às medidas e políticas implementadas neste concelho que permitem à população sénior uma vivência com qualidade. A Lousã recebeu a distinção como Território de Longevidade e de entre os 100 municípios da região Centro, foi um dos 25 municípios distinguidos pela Comissão de Coordenação da Região Centro. Reconhece assim que a "Lousã é um concelho bom para envelhecer saudavelmente e em segurança". Esta é sem dúvida uma prova que a Autarquia e a Rede Social desenvolvem um trabalho meritório e que merece ser aqui reconhecido. Na área do apoio social referir que o Município atribui 65 mil euros para apoio às Fábricas da Igreja Paroquial de Serpins e da Lousã e à Associação Vida Abundante, como apoio aos centros de recursos de apoio alimentar no âmbito do Programa de Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência do Município da Lousã. Estes apoios, onde se enquadram também a entrega de Cabazes Solidários de Natal, permitem sem dúvida colmatar as necessidades das famílias e de cidadãos pelas Associações que as conhecem e identificam no terreno, permitindo assim um trabalho em rede, que se pretende ativo e efetivo com ações que se refletem no seu quotidiano. É esta estratégia assumida pela Autarquia e que se pretende continuada no futuro que permite aos nossos cidadãos adotar uma*

AA
4
Q



vida com qualidade, no nosso concelho. Para 2024, o Orçamento Municipal prevê 10,5 milhões de euros, em ações orientadas para a Coesão Social. Felicitar e registar o prémio atribuído à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos 5 Lugares, no âmbito do Programa BPI Capacitar 2023 e à ARCIL pela Menção Honrosa obtida, pela candidatura de Projeto RECINCLUSA, pela Fundação Manuel António da Mota. Relembrando ainda o trabalho desenvolvido na área social fazemos aqui uma menção ao Programa Férias Ativas, que proporciona atividades lúdico pedagógicas para crianças e jovens e que decorre nas pausas letivas, permitindo um importante apoio às famílias, nos tempos de interrupção das atividades escolares."-----

Rui Morais interveio, depois de apresentar cumprimentos, para deixar uma nota em relação à Moção do BE, dizendo que concorda e subscreve as palavras de **Joel Fernandes**, porque se revê nas suas palavras. Em relação à segunda moção disse que todos, não apenas alguns dos Lousanense merecem e têm o mesmo direito de acesso ao atendimento no domínio da saúde. Seguidamente, deu conhecimento de que na Lousã, pelo Círculo Eleitoral de Coimbra, há dois candidatos a deputados para as próximas Eleições Legislativas, pelo que parabenizou o Senhor Vereador do Executivo Municipal, Victor Carvalho e Ana Castanheira, formulando votos de umas boas Eleições Legislativas a todos para que haja uma mudança, "porque a hora de mudar não é só na Lousã, é, também, no país inteiro", disse. -----

Ana Bandeira, usou da palavra começando por cumprimentar a todos os presentes e de seguida deu nota do seguinte, citando: "De dezassete a vinte e cinco de fevereiro realiza-se o XII Festival da Chanfana, na Lousã, organizado pela Câmara Municipal da Lousã. Amplamente difundido nos principais meios de comunicação social e redes sociais, este Festival representa um dos mais significativos eventos gastronómicos e turísticos que se promovem, no concelho da Lousã. A par dos 25 restaurantes aderentes, nesta edição, o Festival Gastronómico conta ainda com parcerias e agentes locais que proporcionam descontos durante este período. É salutar verificar a adesão de



outras áreas de negócio, a par com a restauração, que se aliam a este festival, e que alargam o seu âmbito de atuação. A programação inclui também eventos culturais que se desenrolam pelos principais espaços culturais municipais, dirigidos a toda a população, não esquecendo os mais jovens. A sua inclusão nestas atividades é essencial para a memória futura da herança gastronómica. A dinâmica e interligação que se promove permite preservar e perpetuar a gastronomia local, aumentando a visibilidade turística, comercial e cultural do nosso concelho e incentivando o desenvolvimento económico regional. Ainda com vista à promoção turística, a Lousã participou, em Dezembro, na apresentação da VUELTA 2024, em Madrid. Também em Madrid realizou-se a Feira Internacional de Turismo – FITUR e a Lousã esteve representada, integrada em participação da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e que pretendeu promover a riqueza cultural, histórica e gastronómica da região. São de facto ótimas oportunidades para posicionar o nosso concelho e região como destino turístico, promovendo o nosso território e fomentando o investimento." -----

João Curvelo prescindiu da palavra. -----

Luís Martins, apresentou cumprimentos a todos e começou por dar nota do programa de Natal, embora já se esteja em tempo de Quaresma, que proporcionou aos Lousanenses e a quem visitou a Lousã uma experiência diferenciadora. A realização de eventos de excelência com uma forte dinamização cultural no concelho, por parte das associações. Foi, também, um incentivo à economia local e ao comércio tradicional e um complemento à atração turística de quem visita a Lousã. Mais de duas dezenas de atividades como os concertos de Natal, proporcionados pelas associações culturais do concelho, as animações de rua, as iluminações de Natal e as peças de teatro, as férias ativas e o sorteio de Natal Lousã Comércio ComVida, proporcionaram uma dinâmica e um espírito natalício no concelho e em todas as freguesias. Assim, parabenizou a todos os intervenientes.-----

AX
L
g



AF
A
R

Maria Fernanda Franca, saudou a todos os presentes e referiu de seguida que estava satisfeita com o facto dos documentos solicitados em vinte e sete de setembro do ano de dois mil e vinte e três estarem finalmente disponíveis para consulta. Em seguida, citando: *"Em sequência da Moção "EM DEFESA DA SERRA DA LOUSÃ" apresentada na Sessão de Câmara de vinte e sete de setembro do ano de dois mil e vinte e três e aprovada por maioria, foi requerido ao Município uma lista de toda a documentação com projetos, licenças, processos de contraordenação outros documentos relevantes relacionados com a moção referida. O líder do Grupo Municipal do PS, Joel Fernandes, referiu que embora não concordasse com os pressupostos não iria impedir ou inviabilizar o acesso à informação, adiantando que o pedido poderia ter sido efetuado através de um membro da Assembleia tal como prevê o Regimento, não deixando de salientar que até aquela data nunca foi disponibilizado para análise a qualquer outro membro da assembleia. Na Sessão de doze de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, foi referido novamente pedido, mas sem sucesso, devido ao excesso de trabalho. Também não nos convenceu face à interpelação relativamente ao PDM quando afirmou que a Silveira de Baixo não faz parte das Aldeias do Xisto (27). Quando no PDM resulta outra informação o que subentende a resposta como não exata. Incorrendo a Câmara de prestar a devida fiscalização de atos ocorridos. Solicitamos que o Município da Lousã nos informe sobre este caso e se foi pedida autorização para o efeito de corte da Estrada para S. Lourenço impedindo circulação. A que se deve o facto da existência da corrente cuidadosamente colocada a impedir circulação?"* Por último, fez uma longa dissertação em honra das mulheres, dada a aproximação da data de 8 de março – Dia Internacional da Mulher, instituída pelas Nações Unidas. Citando: *"Mais uma vez iremos comemorar o DIA INTERNACIONAL DA MULHER no próximo dia 8 de Março. Quero aqui apresentar breves considerações sobre a importância desta efeméride, que todos nós, obviamente, avaliamos como fundamental, por realçar a absoluta necessidade de conseguir a tão*



desejada igualdade de género que é, convém salientar, um imperativo da cidadania e uma das metas, das grandes metas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, na Agenda 2030. Sei que na Louçã, em termos públicos, muito se tem feito neste sentido, mas desejo realçar a importância da continuação de tal atitude, numa implementação eventualmente melhorada (esta devia ser anulada face à recetividade) mas ainda sou crente). Dignificar a Mulher, tratá-la com justiça e equidade, até porque; a igualdade de direitos e deveres não é senão um Direito Humano Universal consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e convém salientar também um Direito Constitucional, artigo 13º da Constituição Portuguesa. Todos conhecemos, a luta no feminino, o que as mulheres de muitos, muitos países do mundo fizeram, especialmente a partir do século XIX, para serem reconhecidas com mais justiça perante os homens, como a igualdade de direitos, entre os quais a conquista do direito de voto. Muitas mortes e prisões aconteceram, por isso embora não haja consenso, o dia 8 de março foi escolhido, talvez por ter sido a data em que, em 1917, uma multidão de mulheres corajosas, marchou em S. Petrogrado, na Rússia, exigindo PAZ e PÃO. Este movimento, deu origem a que após 4 dias o CZAR tivesse de abdicar e constituído um governo Provisório que por fim concedeu o direito de voto à Mulher. Como curiosidade, a greve das mulheres iniciou a 23 de fevereiro pelo calendário juliano adotado pela Rússia que corresponde no calendário gregoriano a 8 de Março. a data que atualmente comemoramos. Foi algo que mudou a vida política e social e a partir de então, a data ganhou essa representação icónica. Na verdade, a Mulher sempre lutou muito para ser reconhecida nos seus elementares e essenciais direitos. Simone de Beauvoir condensou esta realidade numa frase que temos que ter presente na nossa avaliação e no nosso tributo à relevância de todas as mulheres; Não se nasce Mulher, torna-se! Não vou aqui contar a história do movimento de emancipação feminina, que todos temos à disposição, fácil e rapidamente, na net. Pretendo só salientar a 1ª portuguesa a votar, em 1911, a médica Beatriz Ângelo, porque de acordo com a lei, só os

ATX
h
g



chefes de família, além de outros óbvios requisitos, podiam votar e Beatriz Ângelo já tinha enviuvado e teve e força, o saber e a competência de fazer valer os seus direitos! Saliento também Maria de Lurdes Pintassilgo, a única Primeira Ministra em Portugal e a única mulher que se candidatou à Presidência da República, no nosso país! E tantas, tantas, tantas mulheres se têm distinguido na vida do nosso país, desde na sua formação, na vida de cada um de nós, nos nossos destinos! Que seríamos nós, sem a capacidade da Mulher nas nossas casas e nas nossas vidas, em termos de amparo múltiplo e conselho, a sua constante presença em amor? De facto, a mulher, também em Portugal, muito tem lutado pela sua dignificação, que chegou sobretudo com o 25 de abril, em termos de igualdade de estatuto em todos os setores. E muito tem feito a Mulher para, apesar desse reconhecimento, vencer ainda alguma resistência em alguns aspetos, tantas vezes familiares, onde se vê ainda, com tanta tristeza, a violência doméstica levando à morte! por isso, deixo aqui esta nota, para que a lousã, que tanto tem feito em prol do desenvolvimento e da cultura, continue esse caminho e faça ainda mais pela igualdade de género, pela dignificação da mulher e o seu reconhecimento em todos, todos os setores! essa atitude será a prova de cidadania ativa no cumprimento dos direitos humanos, da constituição portuguesa e, sobretudo, de exemplar humanismo cívico e sócio político! Viva a Mulher! Pilar da Família, Sociedade e do nosso País!". -----

João Fernandes usou da palavra para informar que de acordo com o publicado nas notícias, as obras do Aeródromo do Heliporto, terminaram no dia 26 de janeiro estando-se a aguardar que a Autoridade Nacional de Aviação Civil, adiante designada por ANAC, faça uma inspeção ao local, antes do regresso do helicóptero. Assim sendo, pediu ao **Senhor Presidente** mais esclarecimentos sobre este assunto. -----

Daniela Santos, interveio apresentando cumprimentos a todos e seguidamente disse, citando: "No passado mês de dezembro, a poucos dias de terminar o ano, fomos confrontados com uma notícia que atormenta todos os



*lousanenses e preocupa imenso a coligação "É Hora de Mudar", a deslocação do helicóptero do aeródromo da Lousã para Cernache, pelo que pedimos várias respostas. Sabemos que este assunto foi alvo de discussão em Reunião de Câmara, realizada a três de janeiro, com intervenção do **Senhor Vereador Victor Carvalho**, que vai ao encontro daquelas que são as nossas preocupações. O helicóptero saiu em dezembro de 2023, mas há dois anos que eram necessárias obras para que a ANAC, Autoridade Nacional de Aviação Civil, desse parecer positivo para que este pudesse permanecer no nosso concelho. A coligação "É Hora de Mudar" sabe que, inicialmente, foi dado o prazo de um ano, em que nada foi feito e após isso, mais um ano, quase que como "especial favor", em que aí foram feitas intervenções na pista, mas de forma errada, levando, possivelmente a maiores gastos. Essas intervenções foram reprovadas pela ANAC, que deu na retirada do helicóptero da Lousã. O **Senhor Presidente**, em reunião de Câmara, disse que este retomaria até ao final do mês de janeiro. Hoje é vinte e um de fevereiro e ainda não regressou. Quanto tempo mais temos de esperar pelo seu regresso? As obras estão concluídas e de acordo com os critérios da ANAC? Se já feitas, quanto é que ficou a mais daquilo que já tinha sido feito, mas mal feito? Lanço outra questão... o responsável pelo aeródromo esteve sempre presente em todas as vezes que os inspetores da ANAC foram ao local? Outro ponto importante, é o porquê de quererem legalizar o aeródromo quando podiam ficar só com o heliporto, tendo em consideração que não há tráfego aéreo na Lousã e que em caso de aterragem de emergência, não é necessário licenciamento, como aliás poderá acontecer no Trevim. O licenciamento do aeródromo traz maiores custos, mais obras, obras essas que poderiam estar concluídas, ao passo que o heliporto faz exatamente o mesmo. Terá esta decisão a ver com algum tipo de taxa de utilização, como acontece no aeródromo de Cernache? Uma coisa é importante: ter o helicóptero na Lousã! Um meio aéreo é importantíssimo no combate a um dos maiores flagelos, os incêndios florestais, que tanto nos assustam, pelo risco e prejuízo irreparável*

AX
h
ag



que pode trazer à nossa maior riqueza natural, a nossa Serra, bem como a todo o território lousanense e às nossas pessoas. Bem sabemos que ainda não estamos em período de risco de incêndio, mas também não podemos permitir que isso seja uma desculpa para que este não tenha regressado, nem que as obras não tenham sido efetuadas em tempo útil.” -----

Marco Sequeira, interveio começando por apresentar cumprimentos a todos os presentes. Seguidamente fez uma referência à preocupação da iliteracia digital dos dias de hoje que, dessa forma, pode afetar a competitividade do país e dos nossos Territórios. Disse que inclusivamente há quem afirme que é o analfabetismo dos tempos modernos. Desta forma e no seu ponto de vista as autarquias deverão desenvolver atividades e iniciativas que sejam facilitadoras do processo educativo a incentivar os jovens à sua formação e capacitação nestas áreas. Destacou o projeto “Lousã a Programar”, cujos principais objetivos vão de encontro a estas necessidades com desenvolvimentos digitais e programação. No passado mês de janeiro decorreu a primeira sessão deste projeto por isso, questionou o **Senhor Presidente** se tem informação sobre a periodicidade das sessões e, se está prevista a abertura de novas turmas. Referiu, também, as obras do Centro Urbano, destacando enquanto morador a Rua Dr. Francisco Fernandes Costa, junto à Quinta de S. Pedro. Deu nota da evidência da melhoria das condições rodoviárias, nomeadamente com a criação de mais lugares de estacionamento que facilitam o acesso aos diversos serviços instalados ao longo daquela rua. Destacou, igualmente, a melhoria da circulação pedonal e a passagem da ciclovia que faz a ligação à Escola Básica nº 2, à Escola Secundária e à Piscina Municipal que lhe parecem essenciais para a zona central da vila. Afirmou que, de uma forma geral com esta intervenção ganharam os serviços, as empresas, os moradores, a Lousã e os Lousanenses. --

António José Gonçalves, interveio fazendo algumas observações no domínio de pessoas que detêm cargos públicos, referiu a degradação das instituições



e serviços públicos e por último realçou o mau estado em que se encontra o Jardim em frente aos Paços do Concelho e o acesso ao Castelo e Senhora da Piedade, tendo em conta que, para esta última situação está prevista uma intervenção não sabendo para quando. -----

Helena Correia, apresentou cumprimentos a todos e endereçou ao **Senhor Presidente da Câmara** duas questões: a primeira, se a Câmara Municipal tem alguma participação na realização de montarias realizadas na zona de Vilarinho, nomeadamente, uma realizada no dia de Carnaval, para o que solicitou mais informações e a segunda, da qual tem sido prestada grande informação/divulgação e que tem a ver com os cortes rasos na Serra, sobretudo das medidas promovidas ou diligenciadas pela Câmara Municipal para a salvaguarda do património florestal e natural e, ligado a esta problemática questionou o ponto de situação da criação da Área Integrada da Gestão da Paisagem, adiante designada por AIGP, e o que é que a constituição desta AIGP pode contribuir para este objetivo de preservação do património natural.-----

Maria Antunes, usou da palavra para se reportar sobre o seguinte, citando: "A Educação continua a ser um dos fatores que a todos traz preocupação, intranquilidade e até uma forte apreensão, aspetos que só por si, fazem disparar os alarmes chamando a atenção para a urgência em refletir, analisar, intervir e sobretudo mudar. Aspetos como o envelhecimento e desgaste da classe docente, a falta de docentes - presentemente há ainda muitos alunos sem professor a pelo menos uma disciplina, a fuga de alunos para as escolas privadas, com particular incidência ao nível do Secundário, a falta de recursos humanos qualificados para apoio das crianças com necessidades específicas, facilitismo e falta de exigência, constituem alguns exemplos de como a Educação carece de uma intervenção robusta, assertiva e fundamentada. A juntar a todos estes aspetos temos a preocupação crescente do aumento significativo da violência nas escolas traduzido em inúmeras ocorrências de violência física, injúrias, ameaças, furtos e ofensas corporais e verbais que

AX
h
g



tornam a Escola um espaço onde a segurança de toda a sua comunidade começa a falhar. Devido à gravidade desta situação e, através de dados divulgados recentemente pela PSP extraídos do Programa Escola Segura, vários especialistas bem como o Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos de Escolas, alertam que as nossas crianças e jovens estão mais violentos e pedem ao Governo recursos, no sentido de reforçar o número de psicólogos, mediadores de conflitos e educadores sociais nas escolas, alertando que os casos de violência entram facilmente na vida dos mais novos, seja através da Internet ou televisão. Por último e, não menos importante, temos a referir o agravamento do abandono escolar precoce em 8%, de acordo com os dados lançados a 14 de Fevereiro pelo Instituto Nacional de Estatística. Porque tudo isto preocupa o Grupo Municipal é Hora de Mudar do PSD, é relembrando a recomendação efetuada pelo Grupo Municipal é Hora de Mudar na Assembleia de Setembro de 2022, na qual recomendou que com urgência fosse efetuada a Revisão das Cartas Desportiva e Carta Educativa da Louçã mediante a sua atualização à realidade do agrupamento de escolas entretanto constituído e da Louçã, e atendendo à transferência de competências, que questiono o Sr. Presidente se efetivamente irá seguir essa recomendação e quando? Nas escolas do nosso concelho estes aspetos coabitam com outros, também eles preocupantes. Assim, e lembrando a Moção apresentada pelo Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP" É HORA DE MUDAR" de 26 de Junho de 2022, já nesta Moção era patente a enorme preocupação deste Grupo pelas condições em que se encontravam as instalações e os equipamentos da Escola Secundária da Louçã, apelando para que fossem tomadas medidas imediatas para a resolução desta situação. Passados quase dois anos a situação mantém - se agravada com o passar do tempo e o desgaste consequente, deixando a sua comunidade escolar cansada de tanto esperar. Mas a necessidade de obras, de intervenções e de manutenção visa também as escolas E.B nº 2 e nº 1, registando esta última problemas de infiltrações, nomeadamente no seu



pavilhão. Estas intervenções implicam custos elevados e, perante tudo isto, somos levados a perguntar se os valores transferidos pela delegação de competências são suficientes para cobrir estas e outras despesas que diariamente surgem, sendo assim possível dar resposta às necessidades das escolas do nosso concelho. Para terminar refiro, pela sua pertinência e atualidade, a necessidade urgente da reposição integral do tempo de serviço dos professores, situação que trouxe à classe docente e, conseqüentemente, às escolas, instabilidade e desmotivação, medida defendida e proposta em Moção por este Grupo Municipal PPD/PSD- CDS/PP" É HORA DE MUDAR" em Setembro último, quando ainda não se falava em eleições, moção essa curiosamente rejeitada pelo PS. E, citando Luís Montenegro" Nós não somos daqueles que só consideraram justa esta reivindicação após o dia 7 de Novembro". -----

Nelson Lopes, apresentou cumprimentos a todos e em seguida expôs a sua intervenção dizendo o seguinte, citando: "Julgo que todos temos a noção que a mobilidade elétrica tem evidenciado um rápido crescimento no Mundo, tendência que deverá aumentar nos próximos cinco a dez anos, devido à progressiva redução do custo das baterias e à tendência de mercado que se verifica nesse sentido. A Agência Internacional de Energia estima que, em 2030, existam mais de 56 milhões de veículos elétricos em todo o mundo, um número que está alinhado com a meta estabelecida em Paris, em dezembro de 2015, e que pretende contribuir para o objetivo de manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2°C, face aos níveis pré-industriais. Concorde-se ou não com a estratégia que tem vindo a ser desenhada, a verdade é que, se não existir alteração dos prazos definidos, daqui a onze anos não vai ser possível comprar carros novos a gasolina, diesel ou híbridos. Em 2035, os fabricantes de automóveis apenas vão poder comercializar, na Europa, veículos novos elétricos. A transição para veículos elétricos deixou de ser apenas uma necessidade motivada pela perceção da poluição nas ruas. Além das razões de ordem económica que resultam do aumento que se tem

AX
M
G



verificado nos combustíveis fósseis, a mudança está a ser motivada pela legislação favorável, pelos incentivos financeiros e fiscais à aquisição de viaturas elétricas, pelo aumento da rede de pontos de carregamento, pelo facto das baterias terem cada vez mais autonomia e até pelo preço dos carros elétricos estar a descer à medida que o mercado cresce. Em Portugal, a venda de viaturas elétricas e híbridas tem aumentado de ano para ano e de mês para mês e, no passado mês de Novembro, de forma algo surpreendente, a marca de automóveis mais vendida foi a de uma construtora que se dedica exclusivamente à produção de veículos elétricos. Importa referir que, também nesta matéria, a Lousã tem sido um Concelho exemplo. Foi dos primeiros Concelhos da Região a instalar pontos de carregamento no espaço público e o Executivo tem aproveitado os programas de apoio à mobilidade elétrica na administração pública que, além de um posto de carregamento, permitiu financiar a aquisição de viaturas elétricas. Porém e tendo em conta a aceleração que se tem verificado na transição para a mobilidade elétrica, gostaria de deixar aqui dois desafios ao Executivo: O primeiro desafio/sugestão é que, nos projetos e nas respetivas candidaturas de obras estruturantes como é o caso da requalificação da Escola Secundária, da requalificação da Escola Básica nº 2 da construção de um segundo edifício do Centro de Saúde ou da requalificação e expansão da Zona Industrial do Alto do Padrão, seja assegurada a necessidade de prever instalações ou pré-instalações que, no futuro próximo possam dar resposta a este processo de transição. O segundo desafio que gostaria de aqui deixar ao Executivo, e faço-o obviamente de uma forma muito resumida, é que a Autarquia promova a organização de um evento que tenha como principal objetivo uma reflexão abrangente sobre o diagnóstico, os desafios e as oportunidades da mobilidade elétrica no Concelho da Lousã, que tenha como participantes os representantes dos organismos públicos locais, o agrupamento de escolas, as IPSS, a Associação de Empresários, os estabelecimentos de restauração e hotelaria, os administradores de condomínios e todas as outras entidades que manifestem



interesse nesta temática. Com o envolvimento de todos, estou convicto que poderia sair desse momento de reflexão informação útil para todos em termos das oportunidades/incentivos relacionados com o tema e poderia ainda resultar do evento uma base de trabalho para a construção de uma estratégia de mobilidade elétrica para a Lousã, que, com o contributo e envolvimento de todos os agentes do território, fosse um documento orientador para a concretização de um plano de ação, de modo a dotar e/ou reforçar o Concelho, no curto/médio prazo, das infraestruturas necessárias para esta nova realidade de mobilidade, tanto no que se refere às instalações no espaço público como nos edifícios privados, e, por outro lado, para dotar a Lousã e as suas unidades de alojamento com as melhores condições em termos de mobilidade elétrica, para que este Concelho fantástico continue a ser um destino com os níveis de procura que se tem verificado." -----

Santinho Antunes pediu a palavra a fim de deixar uma nota à assembleia sobre a moção apresentada. Citando: "com base no Decreto-Lei n.º 102/2023 de 07 de novembro que procede à criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde, adiante designadas Por ULS. No artigo 19.º, diz as leis que revoga e nenhuma das leis que revoga está mencionada no procedimento que aqui está referido na Moção. Segundo ponto, artigo 7.º Artigo 7.º - Extinção - 1 - São extintos, com dispensa de todas as formalidades legais, o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais, o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, o Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede, o Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar e o Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, sendo integrados nas ULS melhor identificadas no n.º 1 do artigo 1.º 2 - São extintos enquanto institutos públicos de regime especial, com dispensa de todas formalidades legais, os agrupamentos de centros de saúde (ACES) referidos no n.º 1 do artigo 1.º e que são integrados nas ULS aí previstas. Artigo 8.º - Sucessão - 1 - As ULS objeto do presente decreto-lei sucedem às entidades incorporadas na universalidade

AX
M
g



dos bens, direitos e obrigações, bem como nas respetivas posições contratuais, independentemente de quaisquer formalidades legais. 2 - Não obstante o disposto no número anterior, nos casos em que as ULS objeto do presente decreto-lei integrem apenas parte dos centros de saúde de um ACES, estas sucedem apenas nos direitos e obrigações dos ACES relativos aos centros de saúde integrados. Efetivamente, as ARS são destituídas de competências que lhes eram anteriormente atribuídas, assim solicito que seja acrescentado, dado fazer mais sentido, à ULS Coimbra, para que esta Moção tenha algum tipo de eficácia. Sem dúvida, o lapso que eu admito é o ULS Trevim Sol." -----

Joel Fernandes citando: "primeiro penitenciar-me porque se todos fazemos parte de um sistema político, devemos querer que ele melhore e, também, as Assembleias Municipais, portanto, penitenciar-me por todas as vezes que possa ter confundido as competências desta assembleia ao trazer assuntos que, claramente, não são nem deveriam ser tratados numa assembleia, mas nos órgãos executivos ou em outras instâncias nacionais ou regionais. O segundo ponto, é, como em todas as assembleias refiro, dar notas de mais algumas notícias que nos mostram avanços no processo do Sistema de Mobilidade do Mondego, neste caso de que está para breve sem quantificar o tempo, para chegar o primeiro protótipo de material circulante que depois entrará em teste e que permitirá ver pela primeira vez alguma coisa no terreno. Dar, também, nota de que vemos, principalmente na Louçã e em Coimbra um volume elevado de obras também relacionadas com este sistema, portanto, mais uma evidência de que esperamos que o sistema seja concluído nos prazos que foram apresentados e que nos foram propostos." ----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que os programas e os incentivos de apoios aos empreendedorismo e à atividade económica são constantes do regulamento que a Câmara Municipal tem em vigor e, para



além disso, existe um gabinete de apoio com técnicos que têm como objetivo fazer o acompanhamento/enquadramento de ideias e projetos que vão surgindo e, ainda, para além dos protocolos referidos por **Nuno Marques**, a Câmara Municipal tem protocolos em vigor, quer com a Universidade de Coimbra, nomeadamente com o Instituto Pedro Nunes, quer com o Instituto Politécnico de Coimbra, cujos protocolos estabelecem e permitem um conjunto de apoios de serviços que são prestados às entidades, no caso de empresas ou às pessoas, no âmbito de ideias e projetos. Relativamente a ampliação da Zona Industrial, informou que existem duas vertentes: uma que tem a ver com a Zona Industrial dos Matinhos, onde a Câmara Municipal, no âmbito da alteração à revisão está a ser preparada uma ampliação e na Zona Industrial do Alto Padrão, já consagrada para área económica, foi aprovado um anteprojecto em outubro passado está em desenvolvimento para ampliação e desenvolvimento daquela zona Industrial. Relativamente a projetos de integração de empresas, incubadoras ou centro de negócios, existem duas instalações físicas: uma em espaço urbano e outra está prevista no anteprojecto já citado. Informou que a Câmara Municipal teve conhecimento da colocação de uma corrente no local referido por **Maria Fernanda da Franca**, através de uma comunicação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho no final da semana passada, pelo que foram acionados os meios e as formas que a Câmara Municipal entendeu adequada à situação, nomeadamente participando a questão à GNR e foi mandado retirar aquele obstáculo à circulação, no local e na via de caminho florestal referido. Em relação à intervenção no Aeródromo, esclareceu que o que foi executado, está programado segundo os planos e com as validações da ANAC e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A empreitada foi realizada no tempo adequado e para tal, era necessária a deslocação do helicóptero, aguardando que seja feita a competente vistoria pela ANAC. Sobre as especulações que têm vindo a público sobre este assunto, informou que a Câmara Municipal, até em sede de reunião do

ASX
g



Executivo, já teve oportunidade de dar nota factual dos timings e da tramitação entre a Câmara Municipal e a ANAC sobre o assunto. Reiterou que o helicóptero nunca foi retirado do Aeródromo da Lousã, foi deslocado temporariamente pelas razões já referidas. Informou que está a decorrer o "Lousã a Programar" e irá ter continuidade. Neste momento estão criadas duas turmas e, de acordo com a evolução, a Câmara Municipal estará atenta para ampliar esta oferta entendida como relevante. Sobre o procedimento de contratação pública para a realização dos trabalhos na estrada da Senhora da Piedade foi encerrado o prazo de apresentação de propostas e neste momento estão em fase de análise. O interesse é que o procedimento seja o mais rápido possível, todavia há tramitações que têm de decorrer nos prazos estabelecidos. Esclareceu que a Câmara Municipal não tem participação nem responsabilidade alguma nas montarias que foram anunciadas e uma que foi realizada no passado dia treze. Todavia, tem conhecimento que decorreram numa reserva de caça concedida por outra entidade que não tem a ver com a Câmara Municipal. Adiantou que a entidade detentora do espaço que concessionou esta área para esta reserva de caça, também, não tinha conhecimento destas atividades. Assim sendo, a Câmara Municipal e esta entidade manifestaram a sua estupefação e oposição relativamente a esta situação. Informou que, hoje mesmo, a Diretora Regional do ICNF em contacto telefónico consigo transmitiu que a entidade tinha sido notificada/atuada relativamente a esta situação, porque, mesmo perante essa entidade, estas atividades são desconformes com o plano de gestão de caça. Relativamente aos cortes na serra, informou que o Município da Lousã tem manifestado reiteradamente a sua oposição a este tipo de intervenções de operadores florestais. Lamentou que elas venham a ter continuidade mesmo com as ações intentadas pela Câmara Municipal, no âmbito judicial. No último caso, foi verificado que as áreas atingiam propriedades da Câmara Municipal, foi intentada uma ação de providencia cautelar, embargo e um pedido de indemnização relativamente aos vários danos que têm sido



causados pelo operador florestal. Lamentou profundamente o facto de que, apesar de ter sido dado provimento à ação do Município da Lousã, a empresa continuou a trabalhar. Em função dessa postura, a Câmara Municipal através do seu representante legal, fez evidências dessas situações ao Tribunal e estão marcadas novas diligências na presença da Guarda Nacional Republicana para a semana em curso. Acrescentou que existem outras entidades que intentaram ações de oposição relativamente aos procedimentos considerados muito negativos e infelizmente os trabalhos têm prosseguido. Manifestou reiteradamente que a Câmara Municipal lamenta o facto de existir tão pouca exigência, ou inexistência da mesma, relativamente ao licenciamento para aprovação para este tipo de operações florestais. Afirmou que não se compreende que nos dias de hoje para executar este tipo de operações não existam critérios e exigências da parte das entidades que têm a incumbência de fazer estas validações. Relativamente à Escola Secundária da Lousã, afirmou que o objetivo da Câmara Municipal e o trabalho desenvolvido, é no sentido de aprovar a candidatura e lançá-la a concurso de contratação pública para execução da obra. Relativamente à intervenção no pavilhão da EB1, informou que a situação está perfeitamente resolvida. Sobre a EB 2, informou que foi apresentada uma candidatura no âmbito do Portugal 2020 e, também, transita para o PRR e, por conseguinte, em termos processuais está na mesma linha da Escola Secundária da Lousã. Sobre as verbas da descentralização, tendo em contas as obras da Escola Secundária e na EB2, e que se perspetivam para um horizonte temporal mais próximo, informou que os quantitativos estão em linha com as questões de manutenção necessárias nos equipamentos escolares. A **Nelson Lopes**, assinalou afirmativamente que é pretensão do Executivo Municipal fazer maior e melhor promoção das várias vertentes dos modos suaves de mobilidade, particularmente da mobilidade elétrica. Adiantou que os projetos da Escola Secundária e EB2, já contemplam estas dimensões e, na Zona Industrial a componente infraestrutural e enquadramento já contemplam esta vertente.



Relativamente aos requisitos e formalização das candidaturas, sublinhou que, se ao nível do Portugal 2020 já o eram, agora no PRR, todas essas questões são elementos essenciais. Relativamente a outras observações que foram apresentadas pelos vários intervenientes, afirmou que não deixava de relevar a sua análise e apreciação, todavia e por uma questão de economia de tempo se escusava de dissecar cada uma delas em particular. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para dar nota ainda em relação à Moção apresentada pelo Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP do pedido apresentado por **Santinho Antunes**, a fim de incluir mais uma entidade a remeter a referida Moção para conhecimento, questionando se alguém se opõe. Não havendo nada a opor, o Senhor Deputado **Santinho Antunes** comprometeu-se a remeter à **Senhora Presidente da Mesa**, a Moção devidamente corrigida. -----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. (doc. nº 3 (três)).-----

Inscrições: João Curvelo, Ana Bandeira, João Fernandes, António José Gonçalves, Luís Marques, Santinho Antunes e Margarida Correia.-----

João Curvelo, usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos e de seguida colocou duas questões ao **Senhor Presidente**, começou por referir que no Notícias de Coimbra de 23 de janeiro foi noticiado que a APIN em funcionamento há quatro anos pondera a venda de parte do seu capital à Sociedade Pública Águas de Portugal, por isso perguntou se confirma a notícia, qual o motivo da venda e se concorda com ela, por outro lado, pretendia saber se a política de alteração dos preços se vai manter ou se vai ter alguma alteração, nomeadamente, as subidas dos preços e, se pode ser adotado o mesmo regime que existe para a subida dos preços no



mercado regulado da eletricidade. A segunda questão referia-se à iluminação pública. Afirmou já ter feito, reiteradamente, algumas intervenções neste sentido, que diz respeito à regularização de todo o tipo de serviços públicos, infraestruturas públicas em todas as freguesias do município e deu nota de mais um desequilíbrio excessivo que existe neste município. Afirmou que na freguesia da Lousã há iluminação quase em todo o lado e de excelente qualidade, todavia, nas outras freguesias do concelho, a iluminação é "quase terceiro-mundista", a luz é quase "cor-de-laranja", amarelada e há sítios onde está completamente às escuras. Posto isto, questionou o que foi feito ou o que virá a ser executado para regularizar esta situação.-----

Ana Bandeira, referindo-se à informação disponibilizada pelo **Senhor Presidente da Câmara** afirmou o seguinte, citando: "*Renovo os meus cumprimentos apresentados a todos os presentes nesta Assembleia. Na informação disponibilizada pelo **Senhor Presidente** verificamos reunião realizada na CIM-RC, acerca da EN 17. Esta estrada, tal como a variante a Foz de Arouce, EN 236 têm sido motivo de intervenções em todas as Assembleias Municipais da Lousã. Neste momento, a situação da sinalização horizontal permanece por resolver e aumenta a perigosidade de circulação naquelas vias, principalmente em condições de nevoeiro e fraca visibilidade. A EN 342 sofreu já uma intervenção a este nível, que melhora significativamente a circulação nesta via. Assim, pretendemos saber se existem mais desenvolvimentos em relação às ações que têm vindo a ser tomadas pelo Município junto das Infraestruturas das Estradas de Portugal e quais os desenvolvimentos em relação a projeto futuro para a EN 17.*"-----

João Fernandes citando: "*como é do conhecimento de todos desde um de janeiro, deixou de existir a ARS, assim começamos um novo ciclo com as ULS e também a transferência de competências da saúde para a Câmara Municipal. Eu, gostaria de perguntar ao **Senhor Presidente da Câmara** como é*

20X
h
g



que está a decorrer todo este processo, nomeadamente as reuniões com a ULS e os responsáveis ou representantes da Saúde da Louçã."-----

António José Gonçalves, usou da palavra insurgindo-se contra a apresentação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara que continua a ser prestada sem datas. Responsabilizou a **Senhora Presidente da Mesa** pelo facto de aceitar o documento neste formato e afirmou que o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP tem o direito de saber os dias em que os assuntos foram tratados. Aproveitou o momento para dar a nota de que o Município de Penela, que é PS, transmite as reuniões e sessões da Câmara e Assembleia Municipal via Facebook. A concluir solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** a deslocalização de um contentor de lixo, do lado direito, à entrada da Rua Vila de Prades, porque dificulta a circulação rodoviária, no período da manhã, quando os pais vão levar os filhos à escola. Perguntou, ainda, a que se refere os "serviços múltiplos – atividades turísticas e hoteleiras por 36 meses, no valor de 19.600€". No seu entendimento será para aluguer de cadeiras, o que lhe parece ser um exagero, pelo que pediu esclarecimentos sobre o assunto. Referiu-se, também à aquisição de duas ambulâncias: uma paga a pronto ou através de empréstimo e outra no início deste ano através de leasing. Solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** que confirmasse esta informação e/ou prestasse os esclarecimentos tidos por convenientes. A concluir afirmou que o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP está preocupado com o aumento de processos em contencioso, destacando um processo no valor de EUR: 632.258.27€-----

Luís Marques interveio para se referir sobre a informação financeira, reportando-se ao quadro 5 "Evolução da cobrança das receitas correntes entre 2023 e 2024 a 31 de janeiro", na página 14 e por isso, é apenas um resumo dado que a análise se refere apenas a um mês, há uma variação positiva de 111.351.00€, pelo que questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre qual foi a rubrica que proporcionou esta variação porque nos quadros seguintes da informação, não está específico. Referiu o cumprimento da regra



do equilíbrio orçamental e a dívida de médio e longo prazo mantém-se estável e na dívida de terceiros a curto prazo tem uma redução de 27% face ao período anterior. O Executivo Municipal continua com o cumprimento do limite da dívida total, realçou o facto de não haver dívidas em atraso, e o prazo médio de pagamentos ser a vinte e três dias. -----

Santinho Antunes usou da palavra reiterou as observações que foram feitas anteriormente pelo deputado do seu Grupo Municipal e questionou sobre a reunião com a ULS se já existe Conselho de Administração constituído na íntegra e qual a mais-valia prevista que a ULS traga à Louçã, porque é efetivamente isso que interessa. Questionou a reunião com o IPC, para saber se já existe uma previsão do investimento total, turmas em funcionamento e a previsão de conclusão das obras e funcionamento do cineteatro da Louçã. ----

Margarida Correia interveio apresentando cumprimentos a todos. Em seguida, disse, citando: *"Diz o Artigo 65.º da Constituição portuguesa que "Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar." Ainda que tenhamos os pés bem assentes na terra e consciência de que esta é, infelizmente, aos dias de hoje, uma realidade difícil de garantir para todos, não é isso que nos deve fazer desistir, nem nos deve retirar a vontade e o empenho para continuar a procurar soluções que respondam às necessidades dos nossos concidadãos. É público e do conhecimento de todos que este é um problema Europeu, com incidência nacional e que, também a nível local tem manifestação. Se podemos dizer que a educação é o grande elevador social, será, na minha visão humanista e política, legítimo considerar o direito a uma habitação digna como condição de justiça social, em torno da qual os cidadãos podem desenvolver as várias dimensões da sua vida. Permitam-me destacar que, se a União Europeia criou no PRR a fonte de financiamento e o Governo - do Partido Socialista - as ferramentas na forma do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e do Programa de Arrendamento Acessível, é de saudar que a*

AS
h
g



AX
 b
 g

Autarquia da Lousã tenha também assumido como seu este desígnio e tenha sido dos primeiros municípios a nível da Região Centro a assinar Acordo de Colaboração com o IHRU. Podemos constatar na informação escrita, que são vários os projetos em execução ou em fase de estudo prévio quer no 1º Direito quer no Programa de Habitação a Custos Acessíveis, devidamente enquadrados na Estratégia Local de Habitação. Termino com uma certeza: este é um desígnio nacional justo, pertinente e que tem de ter a sua concretização a nível local. Não se trata de assistencialismo, mas de investimento no futuro de uma sociedade mais coesa e que promove a igualdade de oportunidades. Como ouvimos recentemente – e não foi alguém de esquerda a dizê-lo - o mercado não resolve tudo sozinho e é obrigação do Estado – seja nas suas manifestações nacionais, regionais ou locais – tal como está consagrado na Lei Fundamental, intervir em defesa do bem comum.”

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra a fim de prestar as informações tidas por convenientes. Começou por esclarecer que não existe ainda nenhuma questão relativamente à possibilidade de venda da APIN, nem tão pouco se irá acontecer. Caso isso se venha a verificar, disse que terá oportunidade de analisar e definir sobre essa questão. Relativamente à evolução dos preços, disse que terão a evolução tanto na APIN, como nas outras empresas intermunicipais e municipais, relativamente às circunstâncias e aos serviços que são prestados. Disse que não há regulação, no âmbito da água e saneamento, embora que, no seu entendimento, devesse haver tal como existe no setor energético, uma tarifa regulada e uma padronização do nível nacional que reconhecesse o que é absolutamente diferente, água e saneamento em regiões do país onde a Lousã se insere, bem como outras. Os municípios desta região, já há algum tempo que fazem ver essa necessidade e a APIN, também já a evidenciou várias vezes, mas não há essa regulação neste setor, ao qual se pode acrescentar em relação aos resíduos, facto que



tem sido bastante penalizador para os municípios e para as entidades a quem os municípios delegam a gestão deste setor dos resíduos. Relativamente à melhoria da iluminação pública, esclareceu que não houve nenhuma discriminação entre zona urbana e freguesias, em alguns casos até foram substituídas luminárias primeiro nas freguesias do que na zona urbana, sendo a prioridade na substituição da iluminação para tecnologia led foi substituir em função do investimento e do plano definido pela E-Redes começando por zonas onde existia vapor de sódio. Acrescentou que tem havido reuniões com a R-Redes, a fim de dar continuidade à substituição da iluminação de acordo com o plano de substituição referido com a celeridade possível. Relativamente à sinalização horizontal nestas duas vias: EN 17 e EN 236, informou que neste momento, infelizmente, não existe nenhum dado positivo relativamente à concretização para estas beneficiações, apenas foi feita uma intervenção na EN 342. A alternativa à EN 17, é um projeto contratado que tem vindo a ser gerido pela CIM-RC que, por sua vez, interage com as IP, e a informação de que dispõe por parte da CIM-RC é que as IP estão a fazer a avaliação dos elementos do projeto que lhes foram disponibilizados. Sobre a centralização da saúde, deu nota de que a Câmara Municipal e as Unidades Locais de Saúde estão a conseguir trabalhar conjuntamente de forma adequada no sentido de garantir as condições adequadas às competências que foram atribuídas ao Município da Lousã. A competência do município tem a ver com os recursos humanos, na categoria de assistentes operacionais e em termos de infraestrutura física. Segundo a informação de que dispõe das duas partes está a ser conseguida uma boa articulação. Relativamente à entrada em funcionamento da ULS de Coimbra disse que *"ainda existe bastante caminho a fazer"* no que respeita à conjugação desta nova entidade relativamente às estruturas concelhias, municípios e cuidados de saúde primários. Informou que já houve duas reuniões em que foi evidenciado pelos municípios um conjunto de situações que importa resolver. Tomou nota da questão do contentor de resíduos sólidos urbanos, na Rua Vila de Prades e a



prestação de serviços para a entidade Serra da Lousã, diz respeito a aquisição de serviços de diversa ordem de atividades e eventos que o Hotel Palácio da Lousã presta. Sobre a aquisição das ambulâncias, informou que uma foi adquirida no ano de 2023 e a outra já este ano, ambas no regime financeiro de leasing. Relativamente à informação escrita, informou que não há aumento de processos submetidos a Tribunal, comparativamente a anterior informação. A **Luís Martins** informa do diferencial da receita entre janeiro de 2023 e 2024, dizendo que diz respeito ao recebimento do fluxo de receitas próprias dos impostos municipais e a sua tramitação. Sobre o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Coimbra, informou que em termos de composição, falta a designação do vogal de acordo com o que está estipulado será indicado pelos municípios que ainda não procederam à indicação do mesmo. O modelo de gestão subjacente à criação das ULS, informou que está previsto é maior autonomia e agilidade em várias dimensões da gestão, nomeadamente no que tem a ver com o recrutamento de recursos humanos e uma maior integração naquilo que são os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares. Quanto ao protocolo com o IPC deu nota de que está neste momento a decorrer um curso e serão anunciados em breve novos cursos. Adiantou ainda que a breve prazo a Câmara Municipal pretende alargar o âmbito do protocolo, no sentido de permitir um conjunto mais alargado de valências e de atividades no âmbito desta parceria que se iniciou apenas com o Instituto Politécnico, mas que a breve prazo terá novas entidades parceiras e, portanto, mais intervenientes no âmbito dos objetivos que se pretendem atingir neste protocolo. Sobre o cineteatro confirmou que tem sido uma situação recorrente dar nota de que a empreitada tem sofrido sucessivos atrasos, todavia, a previsão é que até meados deste ano, em junho, seja colocado em funcionamento depois dos trabalhos concluídos. A concluir, referiu que a Câmara Municipal tem outros projetos em desenvolvimento, alguns já submetidos para validação ao IHRU. Aproveitou o momento para dar conhecimento à assembleia de que na



semana passada, e através do IHRU, foi feita a escritura de aquisição de um imóvel, no âmbito da estratégia local de habitação e à dimensão do arrendamento acessível. -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – Apreciação e votação da proposta de autorização de repartição dos encargos associados à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de 481.785.03 €, bem como a contratação de empréstimo a médios e longos prazos destinados a financiar o investimento elegível não participado dos prejuízos causados pelas cheias e inundações de janeiro de 2023 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2023, de 12 de janeiro. (doc. nº 4 (quatro)). -----

Inscrições: Luís Martins, António José Gonçalves e Nelson Lopes. -----

Luís Martins usou da palavra para dar nota que esta proposta se reporta a um ato de gestão da autarquia dentro das regras e procedimentos para a contratação deste tipo de financiamentos. A opção foi uma escolha pela proposta mais vantajosa, e aprovada por unanimidade pelo Executivo Municipal. Ressalvou, no entanto, a preocupação social e económica do município, uma vez que este empréstimo será no valor de 481.785 euros é destinado para investimento elegível, sobre os prejuízos causados pelas cheias de janeiro de 2023 e que não foram participados. -----

António José Gonçalves interveio para solicitar ao **Senhor Presidente da Câmara** para ser mais específico, nomeadamente, quais os locais que vão ser intervencionados e qual o tipo de intervenção que vai ser feita e se está incluída a queda da barreira na estrada do Castelo, nesta obra. Frisou, ainda, que é mais um empréstimo de meio milhão de euros que, pelos vistos não é participado. -----

Nelson Lopes tomou a palavra começando por felicitar a autarquia pelas ótimas condições que conseguiu nesta operação de financiamento, porque é

ATX
h
g



uma evidência clara que a situação financeira da autarquia é bastante saudável. No entanto, deu nota de que nos documentos de suporte não detetou qual o valor total elegível, embora o colega **Luís Martins** tenha feita referência ao valor de 481.785 euros destinado a financiar o investimento elegível não participado.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que os locais onde vão ser realizadas as obras são: na estrada de acesso à Senhora da Piedade, relativamente às ocorrências no âmbito das intempéries ocorridas em janeiro de 2023; estrada Louçã – Vale Maceira, em termos de estabilização de taludes; estrada de acesso a Cabanões, em termos de estabilização; o pontão na estrada de acesso a Moita e no Espinheiro, nas Gândaras; zona da Senhora da Graça, praia fluvial em Serpins e ainda em Serpins, na estrada que vai para Vila Nova do Ceira. O valor da comparticipação elegível é em cerca de quinhentos e cinquenta mil euros e o valor global dos trabalhos situa-se em cerca de um milhão de euros.-----

Colocadas à votação as propostas de autorização da contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante máximo de EUR: 481.785,03 €, destinado a financiar o investimento elegível não participado dos prejuízos causados pelas cheias e inundações de janeiro de 2023 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2023, de 12 de janeiro, bem como da repartição dos encargos associados à sua contratação, foram aprovadas por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e três membros da Assembleia Municipal.-----

A Senhora Presidente da Mesa, informou a assembleia que antes de prosseguir os trabalhos do ponto número três ao sete, da Ordem de Trabalhos, apresentava um ponto prévio sobre esta temática, do seguinte teor: Recordou que em uma sessão da assembleia passada, surgiu uma dúvida sobre a



intervenção de um Presidente de Junta de Freguesia, enquanto membro da Assembleia Municipal, quando está em causa não só a atribuição de um subsídio para a própria freguesia, ou então quando há contratos interadministrativos de delegação de competências, porque, eventualmente, pode aqui afigurar-se algum tipo de incompatibilidade ou de impedimento e por isso, e uma vez que os pareceres da DGAL- Direção Geral das Autarquias Locais e ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, não são unânimes, solicitou um parecer à Unidade Jurídica e de Recursos Humanos da Câmara Municipal, no sentido de esclarecer sobre esta questão em particular, ou seja, se há aqui algum impedimento ou algum conflito ou potencial conflito de interesses em determinadas votações concretas dos Presidentes de Junta que estão na assembleia. Documento este que disponibilizava posteriormente a todos os membros da assembleia. Assim, passou a ler as conclusões do referido parecer e que vão de encontro àquilo que a DGAL, também já tinha dito, ou seja, que há de facto um conflito de interesses e um impedimento: *“face ao exposto, verificamos haver opiniões divergentes sobre o assunto questionado, isto é, se podem ou não os Presidentes das Juntas de Freguesia, membros da Assembleia Municipal por inerência, participar e votar as deliberações da assembleia municipal que digam respeito às próprias Juntas de Freguesia em que são eleitos. Sobre a votação do plano e orçamento, documentos que incluem as verbas a atribuir às freguesias, na minha opinião, julgo inexistir impedimento, tendo em consideração que esses assuntos dizem respeito à generalidade das freguesias que integram o município. Já quanto aos apoios financeiros concretos a determinada freguesia ou aos contratos de delegação de competências, deverão, na minha opinião, de acordo com a opinião expressa da DGAL, os respetivos presidentes de junta de freguesia declarar-se impedidos enquanto membros da assembleia municipal.”* Assim sendo, e tendo em consideração este parecer, sugeriu a cada um dos Presidentes de Junta ou seus representantes que sempre que em cada apreciação e votação se referisse à sua Junta se ausentasse da sala. -----



AX
4
Q

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

3 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Gândaras. (doc. nº 5 (cinco)).-----

Inscrições: Santinho Antunes e Nelson Lopes.-----

Santinho Antunes interveio para apresentar o sentido de voto do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP, citando: "Vamos abster, mas com a certeza na responsabilidade que o Executivo e as Juntas de Freguesia tomam neste assunto."-----

Nelson Lopes como nota prévia disse que entendia a votação de cada um dos pontos de forma isolada, todavia, solicitava que a sua intervenção fosse relativa aos quatro pontos, por economia de tempo. Citando: "Neste e nos próximos três pontos estão em apreciação e votação quatro propostas de adendas aos contratos interadministrativos celebrados com as quatro Juntas de Freguesia, que regulam e definem quais as delegações de competências atempadamente negociadas com cada uma das Juntas de freguesia para o ano de 2024, as quais dizem essencialmente respeito à execução de vários investimentos identificados para cada freguesia e apresentam a necessária estimativa orçamental para o efeito. No âmbito destes contratos e para a boa execução da totalidade dos investimentos a executar por cada uma das Juntas de freguesia, o Município, além de continuar a disponibilizar apoio técnico e equipamentos, compromete-se a transferir, no ano de 2024, para estas autarquias, um montante total de 337 500 euros, que corresponde a um aumento superior a 50% em relação ao ano passado e que representa bem a crescente articulação entre os órgãos das autarquias locais, tendo como objetivo central o desenvolvimento local e o bem-estar das populações. Neste âmbito, será transferido um montante de 50 000,00 euros para os investimentos sinalizados na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, um



montante de 64 500 euros para os investimentos a realizar na freguesia das Gândaras, um montante de 134 500 euros para os investimentos previstos para a União de freguesias de Lousã e Vilarinho e um montante de 81 000 euros para os investimentos na freguesia de Serpins, aos quais acresce a transferência de um montante de 7500 euros, para que esta entidade assegure o transporte escolar dentro da sua área geográfica. Conforme já aqui referi a este propósito, entendemos que uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais. Estamos certamente de acordo que, com o respeito pela autonomia de cada entidade, mas colaborando ativamente entre si, a opção de delegação de determinadas competências permite, por força da proximidade às populações, uma melhoria dos serviços prestados à comunidade e um reforço da coesão no território. Assim, ao mesmo tempo que damos passos significativos na requalificação urbana nas áreas mais consolidadas do Concelho, dotando estes espaços de características mais cidadinas, com mais e melhores infraestruturas de mobilidade pedonal e ciclável, proporcionando assim melhores condições de segurança a toda a população, este modelo de delegação de competências, que tem vindo a ser reforçado de ano para ano, permite dotar as freguesias dos meios financeiros para a realização de obras de proximidade, que representam também elas importantes investimentos para o desenvolvimento integrado de todo o território. E estamos convictos que é com esta visão que, em duas das quatro Juntas de Freguesia, os documentos agora em apreciação tiveram, nas respetivas Assembleias de Freguesia, o voto favorável de todas as forças políticas. Por esse motivo, porque estão devidamente acautelados os recursos financeiros a transferir para cada uma das Juntas de freguesia e porque este quadro de cooperação vai proporcionar a concretização de importantes investimentos nas nossas freguesias, o voto da bancada do Partido Socialista vai no sentido desta Assembleia autorizar a celebração da adenda ao contrato interadministrativo com a Freguesia das Gândaras, bem como as

FX
h
g



adendas aos contratos celebrados com as restantes freguesias que serão objeto de apreciação e votação nos próximos três pontos." -----

O Senhor Presidente da Câmara prescindiu da palavra. -----

Colocada à votação a proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Gândaras, foi aprovado por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e BE e 7(sete) abstenções do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras não participou na apreciação e votação desta proposta, tendo-se ausentado da sala. -----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Serpins. (doc. nº 6 (seis)). -----

Colocada à votação a proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Serpins, foi aprovado por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e BE e 7(sete) abstenções do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros da Assembleia Municipal. A representante do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, na qualidade de Tesoureira da Junta de Freguesia, não participou na apreciação e votação desta proposta, tendo-se ausentado da sala. -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----



5 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias da Lousã e Vilarinho. (doc. nº 7 (sete)). -----

Colocada à votação a proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias da Lousã e Vilarinho, foi aprovado por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e BE e 7(sete) abstenções do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros da Assembleia Municipal. A Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, não participou na apreciação e votação desta proposta, tendo-se ausentado da sala.-----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6 - Apreciação e votação da proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio. (doc. nº 8 (oito)).-----

Colocada à votação a proposta da adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado com a União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, foi aprovado por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e BE e 7(sete) abstenções do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" - Coligação PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, não participou na apreciação e votação desta proposta, tendo-se ausentado da sala.-----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

AX
M
g



7 - Apreciação e votação da proposta de aprovação da modificação às demonstrações previsionais (Revisão ao Orçamento nº 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP, nº 1) do ano de 2024. (doc. nº 9 (nove)). -----

Inscrições: Luis Martins. -----

Luís Martins tomou a palavra a fim de dar conhecimento que se trata da incorporação do saldo de gerência em contrapartida de anulação de rubricas de receitas correntes e de capital mais generalizadas. Uma anulação da receita de 2024 que ainda fora recebida em 2023 e a incorporação de verbas que estavam consignadas e que agora podem ser incorporadas em receitas – verbas FEDER, respeitantes à requalificação do Cineteatro da Louçã. Isto são revisões que em nada influenciam a política apresentada para o Orçamento Municipal de 2024, pelo que, o Grupo Municipal do PS irá votar favoravelmente. -----

O Senhor Presidente da Câmara prescindiu da palavra. -----

Colocada à votação a proposta de aprovação da modificação às demonstrações previsionais (Revisão ao Orçamento nº 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP, nº 1) do ano de 2024, foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 8 (oito) abstenções do Grupo Municipal “É Hora de Mudar” - Coligação PPD/PSD-CDS/PP e do BE, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros da Assembleia Municipal. -----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

8 - Apreciação e votação da proposta de aprovação da alteração do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Louçã. (doc. nº 10 (dez)). -----

Inscrições: Não houve. -----



O Senhor Presidente da Câmara prescindiu da palavra. -----

Colocada à votação a proposta de aprovação da alteração do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Louçã, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros da Assembleia Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e vinte e cinco minutos. -----

A Presidente da Mesa,


Ana Ferreira

O 1.º Secretário,


Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,


Maria Aldina Martins